

**AMÉRICA LATINA EM FOCO: O MONITORAMENTO REFERENTE A
POLÍTICA DE DIREITOS HUMANOS NO CONE SUL DURANTE OS
PRIMEIROS MOMENTOS DO GOVERNO CARTER (1977)**

Eduardo Rodrigues Martorano

Mestrando PPGH/UDESC

eduardormartorano@gmail.com

RESUMO: James Carter foi eleito presidente dos Estados Unidos da América em 1976 trazendo consigo um discurso até então praticamente inexistente dentre os postulantes ao cargo mais alto da maior potência capitalista do mundo: a política de Direitos Humanos. A política norte-americana atravessava tempos complicados antes de sua ascensão. Richard Nixon havia renunciado devido a consequências do escândalo de Watergate, e o seu sucessor, Gerald Ford, usou dos poderes do executivo para regalar um perdão presidencial a Nixon. Com a pesada aversão da sociedade por tais eventos, Carter se construiu com uma fala que cabia perfeitamente ao contexto. Sendo um homem religioso, com princípios de alta moral e preocupado com a política de Direitos Humanos. Ele foi o primeiro homem a levar esta discussão para a instância mais alta da burocracia estadunidense, conseqüentemente, também foi o primeiro a impô-la dentro do cotidiano das instituições governamentais. Disseminando a nova diretriz de seu governo para o globo, ele encarou grandes resistências dentro do países latino-americanos, visto que alguns destes, estavam passando por ditaduras militares virulentas, focadas em reprimir não só movimentos da esquerda armada, mas também qualquer tipo de opositor. Ademais, países como Brasil, Argentina, Chile e Uruguai, estavam habituados a postura diplomática norte-americana anterior a Carter, uma política extremamente anticomunista que prezava pela repressão das esquerdas na América Latina, independentemente do caráter do regime que praticava tal repressão. Logo, uma zona de conflito se instaurou entre a diplomacia dos Estados Unidos e os regimes ditatoriais do Sul que estavam acostumados a empregar táticas violentas e não serem questionados sobre isto. Os norte-americanos, a partir deste momento, possuíam grande interesse sobre a situação dos Direitos Humanos nas ditaduras, fato que os levou a realizar uma acentuada produção de informações referentes ao tema. São relatórios que efetuam o monitoramento da repressão em diversos países, táticas de como pressionar tais países a incorporarem sua nova postura diplomática, e também relatos de como as ditaduras incorporaram as críticas e pressões dos estadunidenses. Estas se configuram como as fontes do presente trabalho. Nelas será buscado evidenciar quais situações o governo dos Estados Unidos procurava monitorar, bem como as táticas usadas como forma de pressão, estabelecendo assim um padrão documental.

Palavras-chave: América Latina, Política externa norte-americana, Direitos Humanos.

INTRODUÇÃO

A política externa estadunidense para com a América Latina passou por algumas mudanças pontuais durante o período da Guerra Fria, entretanto seu cerne em geral continuou o mesmo. Eisenhower, por exemplo, acreditava que a relação entre os Estados Unidos e a América Latina deveria ser fundamentada por medidas de segurança, financiamentos militares com intenção de fortalecer os exércitos nacionais para a luta contra o comunismo, e acordos de defesa mútua. “Os Estados Unidos, naquelas circunstâncias, não tinham razões para apoiar a expansão industrial no Brasil e desse modo favorecer o surgimento de concorrentes em um mercado no qual suas manufaturas efetivamente predominavam.” (BANDEIRA, 1999, p.62).

Porém, notadamente após a Revolução Cubana, e principalmente por causa da implementação de um regime de orientação comunista na ilha, que ocorreu somente em 1961, a interpretação Yankee sobre a sua postura diplomática perante os países latinos sofreu uma importante repaginada. A perspectiva de guerra de guerrilha e do inimigo interno, contrariava a noção de uma “guerra clássica”, aos moldes da Segunda Guerra Mundial, por exemplo, e assim exigia uma nova tática de contenção.

Paralelamente, conforme se firmava a interpretação de Rubottom já mencionada, consagrava-se a ideia de que os recursos investidos no aparelhamento das forças armadas latino-americanas deveriam ser desviados para a melhoria das condições de vida de suas populações empobrecidas – perspectiva humanitária anunciada nos discursos oficiais -, pois o pauperismo era visto como fomentador de revoluções. (FICO, 2008, p.26).

É neste contexto que a Aliança para o Progresso¹ surge. Agora, o foco dos Estados Unidos era o combate à miséria. Tal programa ficou extremamente ligado a imagem de John F. Kennedy, e se configurou como um dos principais alicerces da política externa estadunidense para com a América Latina durante os anos de sua breve presidência.

O legado que deixou para seu sucessor, entretanto, em termos de diretrizes para a América Latina, estaria definitivamente marcado pela mistura dispartada que tentava combinar uma abordagem assistencialista, em larga medida legitimada por certos grupos sociais norte-americanos – como alguns intelectuais e estudantes universitários -, com propósitos ideológicos rudimentares de controle da região. (FICO, 2008, p.32).

Quando Kennedy é assassinado em Dallas, o seu vice-presidente assume o cargo de presidente. Lyndon Johnson, em linhas gerais, da continuidade a postura diplomática

¹ Programa de ajuda humanitária criado por Kennedy. Destinou milhares de dólares aos países latino americanos, visando combater a pobreza e estimular o desenvolvimento para assim barrar o comunismo.

exercida na época de seu antecessor, não ocorrendo mudanças significativas. Todavia, é inegável que o novo presidente era mais tolerante a regime autoritários, desde que estes reprimissem os movimentos comunistas.

A principal acusação contra Johnson em relação à América Latina dirigia-se ao que ficou conhecido, precisamente, como “Doutrina Mann”, segundo a qual os Estados Unidos deixariam de questionar a natureza dos regimes que estavam recebendo sua assistência militar e econômica, desde que se mantivessem anticomunistas, mesmo que fossem autoritários ou ditatoriais. (FICO, 2008, p.35).

Após Johnson, Richard Nixon retorna ao executivo norte-americano, desta vez como presidente. Sua gestão foi marcada pelo intenso envolvimento no golpe de 11 de setembro de 1973, o qual derrubou Salvador Allende da presidência do Chile, e instaurou uma ditadura que duraria 17 anos. Em geral Nixon também foi implacável na luta contra o comunismo latino americano, porém ele evitou uma aproximação excessiva, para preservar sua imagem dentro da sociedade estadunidense, visto que denúncias de torturas praticadas no Brasil estavam começando a circular nos Estados Unidos, e tal fato poderia se materializar como um fator negativo, eleitoralmente falando. Mas Nixon também sabia que era impossível se afastar demais o maior país da América Latina. “A administração de Nixon tinha simpatia política pelo regime autoritário, na medida em que este se empenhava em reprimir a esquerda e assegurava o clima favorável aos investimentos estrangeiros.” (BANDEIRA, 1999, p. 181).

Esta breve discussão teve como objetivo proporcionar uma noção de como a política externa estadunidense estava direcionada antes de Jimmy Carter chegar a presidência em 1977. Todo este cenário favoreceu a criação de um movimento dentro da própria sociedade, resultando em uma militância focada em criticar as diretrizes da política externa de seu país, pregando uma forte valorização da política de Direitos Humanos. A qual Carter, por sua vez, incorporou fortemente em seu discurso de campanha. A partir de agora, refletiremos sobre esse movimento, sobre a eleição de Carter, e principalmente sobre a política de monitoramento dos Direitos Humanos implantada em sua gestão, foco do presente trabalho.

A FORMAÇÃO DO MOVIMENTO

Nos anos finais de administração de Nixon, uma parcela significativa da sociedade norte-americana começou a se estruturar e organizar de forma a contestar a postura diplomática do país. Tal parcela, criou com sucesso uma rede de denúncias a torturas ocorridas nas ditaduras do Cone Sul. E aqui não podemos negar o pioneirismo brasileiro.

Médici chega a presidência do Brasil no ano de 1969, após o seu antecessor, o Marechal Arthur da Costa e Silva sofrer um acidente vascular cerebral que o impossibilitou de continuar exercendo a presidência da república. Após um período de grande instabilidade da política interna, inclusive tendo o sequestro do embaixador americano Charles Embrick como um dos agravantes do cenário, o general Médici é escolhido por um colegiado como novo chefe do executivo brasileiro, e com ele, os anos mais virulentos da ditadura militar brasileira também chegam. Inúmeros foram os presos e torturados neste período, alguns conseguiram se exilar a tempo, outros não tiveram a mesma oportunidade. O fato é que alguns destes brasileiros se tornaram auto exilados nos Estados Unidos, visto que Nixon não quis dar um exílio oficial a eles, pois fazendo isso, reconheceria indiretamente que existia perseguição política no Brasil. O que certamente criaria um grande desconforto com o importante aliado do Sul.

O importante a se destacar, é que estes brasileiros, uma vez nos Estados Unidos, se juntaram a uma rede de conexões visando expor e denunciar a ditadura. Intelectuais, políticos, instituições religiosas e demais setores da sociedade civil formaram as fileiras do movimento.

Desde o final dos anos 1960 a insatisfação com a guerra do Vietnã, cada vez mais percebida como um movimento de libertação nacional e menos como uma ameaça à estabilidade do bloco ocidental, chamou a atenção de alguns setores da sociedade civil estadunidense para a política externa de seu país. No que diz respeito às ditaduras do Cone Sul, o Brasil, após o decreto do AI-5 em 1968, abriu caminho: O protesto contra a ditadura brasileira no final dos anos 1960 estava entre as primeiras instâncias da nascente defesa dos direitos humanos na América Latina, se não do mundo. De um discurso centrado na denúncia da tortura, passou-se progressivamente a uma retórica de direitos humanos, adotada por religiosos no Brasil e nos EUA e pela Anistia Internacional. Porém o turning point do ativismo transnacional pelos direitos humanos foi o golpe militar chileno.” (JOFILLY, 2018, p.69).

O movimento pró direitos humanos, foi certamente impulsionado pelos brasileiros, e agora ele serviria a não só denunciar a ditadura de Médici, mas também os demais regimes autoritários que se instalaram por todo o continente. O tema adentrou no

congresso e foi incorporado por políticos de viés progressista, importantes jornais, como o The New York Times e o Washington Post soltaram editoriais sobre denúncias de sérias violações a Direitos Humanos no Cone Sul. O assunto entrou de vez na discussão política da sociedade estadunidense, não era mais possível ignorá-lo.

Um das argumentações centrais deste livro, no entanto, é que as táticas, estratégias, redes e atividades empregadas por Tyson, Della Cava, Padilha, Arruda e tantos outros criaram de maneira direta a forma de outros ativistas norte-americanos organizarem o apoio ou a solidariedade aos movimentos políticos na América Latina nos anos subsequentes. No final da década de 1970, o que antes fora inovação já se tornara prática corrente. (GREEN, 2009, p.484).

Nos momentos derradeiros da administração de Gerald Ford, a rede de conexões já tinha crescido consideravelmente, a ponto de influenciar diretamente o eleitorado. Eram consideráveis as vezes em que burocratas foram convocados ao congresso para prestar algum tipo de explicação sobre o envolvimento dos Estados Unidos a acontecimentos violentos em ditaduras do Cone Sul. Legislações foram feitas para barrar ajuda a países que sistematicamente violassem os direitos humanos. E o presidente cada vez mais ficou isolado na postura de manter o padrão agressivo da política externa estadunidense. A eleição de 1976 se aproximava, e os direitos humanos tomaram lugar de destaque nos embates presidenciais.

A ELEIÇÃO DE CARTER

Em 1976 a sociedade dos Estados Unidos passava por uma profunda crise moral, dentro de sua própria identidade. Alguns anos antes, Richard Nixon foi o primeiro presidente da história do país a sofrer um processo de impeachment. Imagens sobre a realidade no Vietnã evidenciavam os horrores da guerra nos principais jornais, os massacres não eram mais segredo de estado. O envolvimento com o golpe no Chile também causou impacto, visto que a ditadura chilena foi altamente repressiva já durante seus primeiros momentos. E por fim, em um dos seus primeiros atos como presidente, Gerald Ford concede perdão presidencial a Nixon, ação que gera um grande desconforto para com a população.

Com isto, a população estadunidense estava carente de alguns valores morais. Faltava alguém sério, correto e de moral elevada para guiar o país. E Jimmy Carter obteve sucesso em incorporar tal discursos em sua campanha, ele se apresentou como um político religioso, ligado aos “valores tradicionais” norte-americanos, e sem nenhum antecedente que o remetesse a imoralidade.

Ao mesmo tempo, as mudanças políticas nos Estados Unidos abriam novas possibilidades aos ativistas que apoiavam o processo de “abertura” no Brasil. Jimmy Carter, governador do estado da Geórgia durante o período, com uma plataforma de moralizador independente dos círculos políticos convencionais, aproveitou o ceticismo generalizado do eleitorado após a presidência imperial de Nixon e candidatou-se com sucesso à Casa Branca. (GREEN, 2009, p.446).

A eleição de Carter, em um primeiro momento, causou estranhamento entre as ditaduras militares da América do Sul.

O mundo também mudara. Na presidência dos Estados Unidos não estava mais Richard Nixon, um defensor convicto das ditaduras militares anticomunistas. Seu sucessor, Jimmy Carter, empunhava a bandeira dos direitos humanos, atraindo-se com tiranos perplexos diante da nova conduta do aliado de ontem. (GASPARI, 2016, p.35).

Esse conflito se estabeleceu por motivos óbvios. O governo estadunidense que outrora apoio, incentivou e também ajudou a consolidar as ditaduras, agora se posicionava em uma direção oposta a elas. Cobrando-as sobre sua violência e repressão. Este movimento confundiu os governos do Sul justamente por causa disto. O antigo aliado e apoiador agora dava indícios que se tornaria um opositor no campo diplomático. Tudo isto porque, pelo mesmo em seu discurso, Carter estava disposto e incorporar a política de direitos humanos na diplomacia estadunidense, fazendo dela o grande alicerce das relações entre os Estados Unidos e o resto do mundo.

Em 1977, o governo Carter estabeleceu fazer dos direitos humanos a peça central da política externa dos EUA – para mostrar ao mundo que os EUA poderiam cravar suas armas tanto no plano moral quanto no militar. A eleição de Jimmy Carter respondeu a um anseio americano por um mundo mais simples e algumas antigas virtudes dentro do governo. O desastre de Watergate e o desmoronamento de muitos dos estimados princípios durante a Guerra do Vietnã foram profundamente prejudiciais². (McCLINTOCK, 1992, p.301).

² (Tradução do autor). No original: “In 1977, the Carter administration set out to make human rights a centerpiece of U. S. foreign policy—to show the world that America could stick to its guns on the moral plane as well as the military. The election of Jimmy Carter responded to an American yearning for a simpler world and some old-fashioned virtue in government. The debacle of Watergate and the unravelling of many of the country’s cherished shibboleths during the Vietnam War had been deeply hurtful.”

O fato é que o padrão de política externa da nova administração em nada se parecia com a da gestão Nixon/Ford, capitaneada pelo implacável Henry Kissinger. Carter se propôs a fazer diferente. E agora as ditaduras latino americanas não teriam mais um apoio quase que incondicional para promover repressões.

A POLÍTICA DE MONITORAMENTO

Logo no primeiro ano de seu governo, Carter implantou uma extensa rede de monitoramento da situação dos direitos humanos em todo o globo. Esta decisão originou as fontes do presente trabalho. Inúmeros foram os relatórios feitos, com objetivo de informar o governo dos Estados Unidos. As fontes são documentos da burocracia norte-americana que foram tornados públicos pela lei de informação, ou por pedidos especiais feitos pelas comissões da verdade que se instauraram na América Latina após as quedas das ditaduras. Neste caso, as comissões tinham uma intenção investigativa. Por exemplo, como quando o governo Clinton liberou documentos referentes a relação entre Estados Unidos e Chile, no contexto da prisão de Pinochet, em 1998. É importante também salientar que elas se encontram digitalizadas no arquivo da Digital National Security Archive (DNSA).

Em geral, são relatórios que dispunham de informações sobre a situação dos direitos humanos em diversos países, em todos os continentes. Os relatórios seguem um certo tipo de padrão. Os países são sempre organizados em bloco, dificilmente existe um relatório apenas sobre um país. O bloco respeita a lógica continental, ou seja, existem tópicos para países da América Latina, da Ásia, e assim se faz também com os demais continentes. São fontes ricas e interessantes, pois podemos explorar nelas as nuances das instituições estadunidense, o local do seu foco, um olhar externo a situação política do Cone Sul, além de evidenciar o grau de conhecimento por parte do governo dos EUA sobre a situação interna dos países. Porém, do mesmo modo, devemos nos cercar de cuidados ao estudá-las.

Pela forte carga política que tanto o tema das ditaduras militares quanto o das relações dos Estados Unidos com os países da América Latina encerram, ambos com ressonâncias em debates políticos do presente, a lida com essas fontes implica em precauções metodológicas. As mais evidentes, que são

generalizáveis para qualquer contexto de pesquisa histórica, consistem em evitar encaixar os acontecimentos em uma teoria ou conjunto de hipóteses pré-definido, ou, no outro extremo, perfilar longas sequências de acontecimentos desprovidas de uma análise dos processos e tendências de fundo que os animam. (JOFFILY, 2018, p.285).

Não caindo nestas armadilhas, podemos aproveitar muito as oportunidades que este tipo de fonte nos proporciona.

Como já citado aqui, as fontes derivam da uma política de monitoramento adotada pela política externa de Jimmy Carter. Tal política se relaciona diretamente com o interesse do presidente em promover os direitos humanos, pois ele necessitava de informações provenientes de países alvos para orientar sua postura. Portanto, o monitoramento se torna uma parte crucial de seu projeto.

O monitoramento sistemático da observância dos direitos humanos foi um passo necessário na agenda de direitos humanos de Carter. Os direitos humanos tinham sido objeto de audiências ocasionais do Congresso sobre assuntos externos desde a virada do século; audiências no Congresso e nova legislação sobre direitos humanos haviam proliferado nos dias mais duros da Guerra do Vietnã³. (McCLINTOCK, 1992, p.309).

A política de monitoramento, como igualmente já citado, englobava diversos países. Como o foco aqui é América Latina, me aterei aos países referentes a ela. Assim sendo, pode-se afirmar que Chile, Argentina e Uruguai eram as nações com o maior índice de aparições nos relatórios⁴, justamente os lugares em que a repressão estava mais alta no momento. O Brasil é interpretado como um local que está passando por uma situação de melhora no quesito direitos humanos, ou seja, para os estadunidenses, a repressão brasileira não estava mais tão intensa, e apresentava sinais de diminuição. Países como Nicarágua, El salvador, Paraguai, Cuba, Equador, Venezuela e Bolívia também são citados.

Tratando sobre seu conteúdo, os documentos, em geral, relatavam medidas e acontecimentos referentes aos direitos humanos em casa nação. Poderiam ser melhoras na situação, intenções de melhoras, aparentes tentativas de melhoras, ou até revezes. É

³ (Tradução do autor). No original: “The systematic monitoring of human rights observance was a necessary step in Carter’s human rights agenda. Human rights had been the object of occasional congressional hearings on foreign affairs since the turn of the century; congressional hearings and new legislation on human rights had proliferated in the dog days of the Vietnam War.”

⁴ Os relatórios aqui estudados são todos do ano de 1977.

importante destacar que, ao final do documento, existiam comentários pessoais de funcionários, expressando muitas vezes suas opiniões pessoais sobre o assunto.

O olhar estava sobre qualquer indício sobre a política de direitos humanos. Gerais e políticos eram constantemente citados, assim como mortes e desaparecimentos. Muitas vezes existiam memorandos de conversas com governantes ou membros do governo prometendo uma melhora na situação. Porém, muitas vezes a promessa era um mero disfarce, e não se concretizava. Quando os estadunidenses desconfiam das afirmações, isto ficava claro na parte do comentário pessoal. Muitas vezes ali se afirmava que a garantia dada pelo governante, sobre uma maior atenção sobre a violações dos direitos humanos, não passava de um blefe. O que nos mostra que a burocracia norte-americana não confiava nos regimes ditatoriais, e que igualmente checava as informações dadas por eles, encontrando discrepâncias entre elas e atitudes concretas.

Não podemos entender a política de monitoramento como uma tática isolada, única. Ela não existe simplesmente para fornecer informações ao governo Carter, ela obviamente possuía um propósito e estava conectada ao sistema da política externa que visava uma maior atenção sobre os direitos humanos. Os Estados Unidos obtinham tais informações valiosas para um propósito, que era selecionar os países a serem pressionados externamente a cessarem com a tortura, perseguição política, desaparecimentos, e qualquer outra forma de violar os direitos humanos. Portanto, a informação se traduzia em pressão, assim, países altamente repressivos recebiam uma maior atenção, e países que mostrassem progresso, deixavam de sofrer consequências.

Assim se criou uma série de táticas de pressão. Com a informação em mãos, o governo Carter agora precisava desenvolver artifícios para que seu objetivo – uma melhora na situação de violações a direitos humanos nos países monitorados – fosse alcançado. Se estruturou então, a rede de táticas de pressão.

Existiam principalmente quatro métodos de pressão. O primeiro deles eram as críticas públicas. Por diversas vezes, membros da burocracia estadunidense teceram duros discursos às ditaduras latino americanas. Elas eram realizadas principalmente na ONU e em conferências internacionais, e tinham como objetivo constranger tais países. As

ditaduras, por sua vez, sempre se mostravam extremamente incomodadas com essa postura. Muitas vezes eles aproveitavam a oportunidade para atacar os Estados Unidos, afirmando que o país cometeu atrocidades na Guerra do Vietnã, por exemplo.

A segunda se configurava em cortes na cooperação militar. Desde o final da Segunda Guerra Mundial, período também do início da Guerra Fria, os Estados Unidos consolidaram diversos acordos militares com países do continente americano. Os acordos visavam construir uma rede de defesa contra uma possível agressão soviética. Financiamentos, venda de novos equipamentos e treinamento estavam inclusos nos tratados. Carter se aproveitou disso, e ameaçou cessar a colaboração com países que sistematicamente oprimissem suas populações.

Vetos a empréstimos fizeram parte das táticas de pressão. O governo Carter usava as informações coletadas para orientar seus votos. Era comum o governo votar não, ou pelo menos tentar adiar a chegada de recursos que vinham de bancos internacionais e tinham como destino as ditaduras. Durante o ano de 1977, por exemplo, os Estados Unidos votam contra dois empréstimos solicitados pelo Chile, um solicitado por El Salvador, três solicitados pelo Paraguai, e dois empréstimos solicitados pelo Uruguai. Tudo com base nas informações que estes países estavam violando a política de direitos humanos perante sua população.

Por último, atos dentro do congresso estadunidense eram originados com a intenção de pressionar os países latinos. Estes atos se faziam por duas principais formas. Primeiro, a existência de audiências públicas, com a presença de exilados e funcionários das embaixadas. Nelas, se visava elucidar a situação, e também investigar a participação de membros das gestões republicanas anteriores na formação e consolidação das ditaduras. O segundo tipo de ação dos congressistas, era a elaboração de leis que restringissem ajuda financeira e militar a países violadores de direitos humanos.

Contudo, é prudente aqui destacar o fracasso que se configurou o projeto de Carter.

Quando o governo se aproximava do fim, seu compromisso de colocar a defesa dos direitos humanos na linha de frente das questões internacionais estava despedaçada. Uma nova era, na qual a ideologia da Guerra Fria informaria a política dos EUA sem dissimulação, estava prestes a começar. A grande

esperança oferecida pelo idealismo de Carter foi finalmente liquidada pelo fundamentalismo islâmico, a revolução centro-americana e o terrorismo internacional, mas há muito tempo havia sido frustrada pela resistência institucional às mudanças fundamentais que Carter imaginava. A administração Reagan, em contraste, encontraria as grandes burocracias do Estado prontas e dispostas a retornar ao status quo pré-Carter e a relançar a Guerra Fria na periferia⁵. (McCLINTOCK, 1992, p. 328).

Jimmy Carter, contestou a antiga maneira de se fazer política externa nos Estados Unidos. Porém, ao mesmo tempo, falhou em desenvolver um novo sistema que fosse tão eficaz como o anterior. Sua falta de ação nesse sentido cobrou seu preço, e o democrata foi um alvo fácil nas eleições presidenciais de 1980. Ronald Reagan venceu facilmente a eleição. Assim, o republicano revive a maneira de se praticar a política externa dos antecessores de Carter.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim se estabeleceu a dinâmica da política externa nos primeiros momentos do governo Jimmy Carter, estruturada em um sistema de levantamentos de informações e táticas de pressão guiadas justamente pelas informações coletadas. O efeito concreto dessas táticas foge ao objetivo do trabalho. Contudo, é cabível afirmar que a administração Carter efetivamente tentou praticar uma política externa voltada a preservação aos direitos humanos. Ao fim, sua estrutura não contemplou os inúmeros problemas que os Estados Unidos possuíam no estrangeiro, e Carter falhou em momentos cruciais da diplomacia, como por exemplo no caso da revolução iraniana. A tentativa de mudar a direção da diplomacia não gerou popularidade, e em 1980, um conservador ganha a casa branca e dá um fim ao projeto de Jimmy Carter.

⁵ (Tradução do autor). No original: “As the Carter administration staggered to an end, its commitment to place the defense of human rights in the forefront of foreign affairs lay in tatters. A new era, in which Cold War ideology would inform U.S. policy without dissimulation, was about to begin. The great hope offered by Carter’s idealism was ultimately finished off by Islamic fundamentalism, Central American revolution, and international terrorism, but it had long since been stymied by institutional resistance to the fundamental changes that Carter envisioned. The Reagan administration, in contrast, would find the great bureaucracies of the state ready and willing to return to the pre-Carter status quo and to relaunch the Cold War on the periphery.”

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Brasil - Estados Unidos: A Rivalidade Emergente - 1955-1980*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1999.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil (Dois Séculos de História)*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1979.

CMIEL, Kenneth. The Emergence of Human Rights Politics in the United States. *Journal of American History*, v. 86, n. 3, p. 1231-1250, 1999.

FICO, Carlos. *O grande irmão: da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GASPARI, Elio. *A ditadura acabada*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.

GREEN, James. *Apesar de vocês: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964-1985*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

JOFFILY, Mariana. A política externa dos EUA, os golpes no Brasil, no Chile e na Argentina e os direitos humanos. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 38, p. 58-80, mai/ago, 2018.

JOFFILY, Mariana. Documentos dos EUA referentes às ditaduras do Cone Sul: desafios metodológicos. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, n. 25, p. 275-302, Jul/Dez. 2018.

MCCLINTOCK, Michael. *Instruments of Statecraft: U.S. Guerrillas Warfare, Counterinsurgency, and Counterterrorism, 1940-1990*. New York City: Pantheon Books, 1992.

SMITH, Peter H. *Talons of the eagle: Dynamics of U.S – Latin America relations*. Nova York: Oxford University Press, 1996.

TRACHTENBERG, Marc. *The craft of international history. A guide to method*. Princenton: Princenton University Press, 2006.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019